

## APRESENTAÇÃO

*José Lourenço Pereira da Silva\**

\* Universidade Federal de  
Santa Maria, Santa Maria,  
Brasil.

SILVA, J. L. P. (2014) Apresentação. *Archai*. n. 12, jan - jun, p. 57-60

As realizações intelectuais dos pensadores antigos não cessam de exercer fascínio e atrair interesse. Assim acontece com a filosofia de Platão que, passados cerca de vinte e cinco séculos, continua influenciando a investigação filosófica e a reflexão em diversas áreas do saber. Realmente, Platão ocupou-se de grandes questões que ainda desafiam a inteligência humana. Suas ideias e argumentos, abrangentes e seminais, a respeito, por exemplo, da natureza do conhecimento ou da conduta moral representam contribuições inobliteráveis para o patrimônio cultural da civilização ocidental.

Com efeito, o problema do conhecimento, ou seja, de como a mente apreende a realidade, central à filosofia desde sua origem, é assunto ubíquo na obra de Platão. O filósofo examinou as condições para o conhecimento, os métodos de adquiri-lo, as características de seu objeto e dos estados mentais que se designa conhecimento (*episteme*), opinião (*doxa*) e ignorância (*agnoia*). Sob o influxo da busca socrática por definições dialogicamente conduzida, Platão postulou como elemento diferenciador do indivíduo que conhece de outro que apenas opina a capacidade de apresentar uma explicação (*logos*) do objeto intencionado. Na *República*, a distinção já traçada pelos pré-socráticos entre conhecimento e opinião, é retomada pelo Sócrates

tes platônico e endossada com base na diferença entre os objetos a que se referem uma e outra apreensão cognitiva: a opinião, não alcançando plena clareza, é tão incerta e mutável quanto as aparências sensíveis a que concerne; enquanto o conhecimento, plenamente claro, certo e inabalável descrevendo “o que é como é”, se relaciona com as verdadeiras realidades, ou seja, as Formas inteligíveis, unas, eternas e imutáveis. Nos livros centrais desse mesmo diálogo, o conhecimento é entendido como aquilo que a alma conquista através da dialética operando exclusivamente com as Formas puras. Dedicado a definir a *episteme*, o *Teeteto* mostra o fracasso de explicar o conhecimento sem recurso aos objetos inteligíveis, que voltam ao lugar central na epistemologia platônica dos diálogos tardios. No *Sofista*, tratadas como realidades que mantêm intrínsecas relações de participação umas com as outras, as Formas-gêneros são objetos da ciência dialética, a ciência suprema ou acabamento do conhecimento humano. Não mais descrita, como no *Mênon*, *Fédon* e *República*, em termos de um método hipotético, a dialética consiste no método de reunião e divisão dos gêneros e espécies. Dialético ou filósofo é o homem que sabe dividir as Formas em seus gêneros: em uma única Forma reconhecer a pluralidade de Formas que aquela compreende ou em uma pluralidade de Formas diferentes perceber a Forma única que as envolve; o dialético saberá, em suma, distinguir as Formas e reconhecer quais as que estabelecem e as que não estabelecem comunhão mútua. Uma vez que no mundo sensível os particulares refletem as combinações formais, quem conhece estas combinações saberá descrever com exatidão as propriedades das coisas sensíveis.

A epistemologia platônica se apoia na ontologia que distingue as coisas sensíveis das realidades inteligíveis. O conhecimento possível dos sensíveis depende e deriva do conhecimento dos inteligíveis, dado o pressuposto platônico de que o verdadeiro objeto do conhecimento deve ser imutável e independente da mente, vale dizer, para ser conhecido, em sentido estrito, o objeto deve se manter em sua identidade própria e o mesmo para todos os sujeitos cognoscentes.

Essa exigência de estabilidade e objetividade na epistemologia e na metafísica de Platão se

constata também em sua ética – investigações para ele inseparáveis, aliás. À questão “como devemos viver?” O filósofo responde que de acordo com o conhecimento dos verdadeiros e universalmente válidos princípios éticos. Ao contrário dos sofistas, que concebiam o bem e os valores pelos quais se guiam uma sociedade e seus indivíduos como relativos e mutáveis, e a virtude (*arete*) como a habilidade para uma vida pública bem sucedida, Platão supunha que os valores e o bem seriam invariáveis, e que a virtude, como Sócrates pensava, consistiria em uma espécie de conhecimento, aquele necessário para a obtenção da felicidade, de modo que ninguém erraria voluntariamente. Mas Platão realiza desenvolvimentos a partir das ideias de Sócrates que permitem mitigar o caráter paradoxal do ensinamento do mestre mostrando causas coadjuvantes com a ignorância para explicar os erros humanos. Empregando o termo *arete* em um dos principais significados correntes em sua língua, ou seja, a excelência de uma coisa no exercício de sua função própria, Platão identifica a virtude do homem com a sabedoria. Virtuoso seria o indivíduo que sabe determinar o melhor curso de ação para alcançar o fim colimado em todo agir consciente, isto é, o bem ou a felicidade.

Contudo, embora cada pessoa deseje o bem em toda ação intencionada, ela está suscetível de enganar-se pelas aparências e, assim, fazer más escolhas. Essa suscetibilidade se acentua por conta do conflito existente no interior da alma humana, a qual na *República* o autor analisa como constituída por três partes ou possuindo três faculdades, hierarquicamente assim dispostas: a racional, a irascível e a apetitiva, cada uma das quais tendo uma virtude própria: a parte racional, a sabedoria; a irascível, a coragem; a apetitiva, a moderação. As nossas más ações teriam, então, raízes na tensão entre o elemento racional e o apetitivo de nossa alma, quando o desejo recalcitra em seguir a razão. Para imperar a justiça, a virtude da alma e da cidade, a razão precisa, com o auxílio do elemento irascível, pôr fim à dissensão interna contendo e dirigindo os desejos. Justiça seria a unidade harmoniosa das diversas partes da alma e da cidade em que cada parte desempenha sua função própria de acordo

com suas atribuições. A justiça coloca a alma e a cidade no bom estado, ordenado e regrado. Ora, o que coloca uma coisa no seu melhor estado é a virtude; a justiça, como cada excelência ética, é, portanto, um bem em si; e desse modo Platão considera demonstrar que o auto-interesse e o bem moral coincidem, ou que o bem para si e o bem para o outro são o mesmo, fato que escapa ao comum dos homens, que erra por ignorância. O autor dos diálogos parece não abandonar o pressuposto intelectualista da virtude como saber. Buscou estabelecer um conceito de virtude que servisse de norma de conduta e de avaliação das condutas estável e inteligível a todos os humanos; e, assim, julgava poder superar o debate opinativo vazio sobre o que é bom, justo ou virtuoso colocando as condições para designar uma conduta verdadeiramente boa, instituindo uma ética da verdade. A ética e a política são, pois, lugares da verdade<sup>1</sup>.

As teorias platônicas do conhecimento e da virtude constituíram a temática do “I Colóquio Internacional de Filosofia Antiga da UFSM e o Seminário da Sociedade Brasileira de Platonistas”, realizados no período de 26 a 28 de junho de 2013, na Universidade Federal de Santa Maria. O presente dossiê se compõe das palestras do evento. São, de fato, contribuições valiosas e enriquecedoras para os estudos platônicos e a Filosofia Antiga no Brasil. As abordagens dadas ao assunto foram, naturalmente, variadas e complementares em muitos casos. A maior parte dos artigos lança luz sobre a indissociável relação entre conhecimento e virtude nos diálogos de Platão. Assim, Francesco Fronterotta examina no *Hípias Menor* o paradoxo ético, surgido da comparação entre os personagens Ulisses e Aquiles, de que bom e melhor é o indivíduo capaz de, voluntariamente, fazer o mal, propondo uma interpretação persuasiva da aparente aporia deste escrito da juventude. Focalizando o *Mênnon*, Franco Ferrari trata com clareza e lucidez de problemas espinhosos implicados na tese socrática da identidade entre conhecimento e virtude, e oferece uma explicação plausível à árida questão, em Platão, da transmissão da virtude. Uma erudita análise do conceito de *arete* é realizada por Miguel Spinelli, que percorrendo a multiplicidade de sentidos que o termo assumiu no desenvolvimento

cultural grego até o significado de virtude moral, reflete sobre as significações cívica e filosófica de *arete*. Guilherme Domingues da Motta dedica seu artigo ao problema da educação, tão seriamente tratado pelo autor dos diálogos, para examinar as semelhanças e diferenças entre o *Protágoras* e a *República* a respeito do valor e do ensino das virtudes cívicas. Destacando a centralidade dos conceitos de conhecimento e virtude na dialética dos diálogos platônicos, Gerson Pereira Filho demonstra, com rigor, a importância de ambas as noções no projeto político *d’As Leis*. Francesca Pentassuglio realiza uma instrutiva análise comparativa do *Primeiro Alcibíades* de Platão com o *Alcibíades* de Ésquino enfocando as ideias de virtude e de autoconhecimento.

Fulcral na filosofia de Platão é, sem dúvida, a concepção de Forma inteligível. Luca Pitteloud argumenta para uma compreensão bastante razoável da natureza das Formas como modelo ou realização ótima de uma funcionalidade. Questões de estética e da relação de Platão com a arte poética foram também atentamente tratadas. Nicholas Riegel explora o significado de beleza, a relação desta ideia com a da bondade e suas implicações éticas. Christian Viktor Hamm demonstra que, sendo adequadamente considerado o que o filósofo entendia por arte mimética e sob quais condições e fins devia ser praticada, desfaz-se todo paradoxo no fato de ter sido Platão ao mesmo tempo um artista e um crítico da arte. Em cinco notas perspicazes, Loraine Oliveira analisa de várias perspectivas a “metafórica da pintura” recorrente na *República*, evidenciando, justamente, a extrema relevância da imagem no pensamento de Platão. Por fim, a destacar a continuação e influência da tradição filosófica antiga em outros períodos da história da Filosofia, o artigo de Noeli Dutra Rossatto aborda o Platonismo Medieval concentrando-se no debate sobre a noção de justiça como igualdade ou como bondade, e sobre outras questões surgidas do contato entre o intelectualismo moral e a ética cristã. Janyne Sattler examina o complexo conceito de *prohairesis* em Epiteto no intuito de demonstrar acordos profundos entre a ética wittgensteineana e a ética do filósofo estoico.

Encerramos esta apresentação com palavras de agradecimento aos que apoiaram e promoveram

1. Cf. BRISSON, L. e PRADEAU, J.-F. *Vocabulário de Platão*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 75.

o exitoso colóquio. Pelo apoio financeiro, somos gratos à CAPES, ao Departamento de Filosofia e ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSM. Agradecemos à Sociedade Brasileira de Platonistas, à Cátedra Unesco Archai, ao GT-Platão e Platonismo da ANPOF e ao Departamento de Filosofia da UFSM, a marcante presença de seus professores e pesquisadores foi decisiva para o alto nível e a elegância do debate. Nossa gratidão ao presidente da International Plato Society, Gabrielle Cornelli, por toda a colaboração e incentivo, e pelo espaço ora concedido para a publicação destes resultados na *Revista Archai*.

Artigo recebido em setembro de 2013,  
aprovado em novembro de 2013.